

Resolução sobre as prioridades em relação ao programa de trabalho da Comissão Europeia para 2016

(2015/C 313/04)

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU,

- tendo em conta a sua Resolução, de 4 de junho de 2015, sobre as suas prioridades para o sexto mandato 2015-2020; a sua Resolução, de 8 de julho de 2015, sobre a futura configuração institucional da UE e o Protocolo de Cooperação entre a Comissão Europeia e o Comité das Regiões, assinado em 16 de fevereiro de 2012,
- tendo em conta os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade,

Futuro da política de coesão

1. reitera a sua firme convicção de que o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) vem complementar a política de coesão e que será fundamental uma boa coordenação entre o novo FEIE e os programas operacionais dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL) para assegurar a coerência entre os projetos de investimento e as estratégias de desenvolvimento regionais e locais; recomenda que os órgãos de poder local e regional sejam devidamente associados ao processo de seleção e execução dos projetos e à organização dos fóruns de investimento descentralizados;
2. exorta a Comissão a envolver estreitamente os órgãos de poder local e regional e o CR nos esforços para simplificar e acelerar a execução do FEEL, designadamente com base nas primeiras conclusões do grupo de peritos de alto nível incumbido de acompanhar a simplificação para os beneficiários, que serão apresentadas em 2016;
3. reitera o seu apelo à Comissão para que apresente um livro branco sobre a coesão territorial, com base no trabalho da Presidência luxemburguesa, que analise a articulação entre a Agenda Territorial para 2020 e a estratégia «Europa 2020»;
4. insta a Comissão Europeia a apoiar os intercâmbios e a cooperação entre regiões com vista a uma melhor utilização das estratégias de especialização inteligente na execução dos fundos estruturais, a fim de promover o crescimento impulsionado pela inovação;
5. incentiva a Comissão a relançar o debate sobre o tema «Para além do PIB» e a elaboração de indicadores alternativos ou complementares de bem-estar e desenvolvimento sustentável;
6. exorta a Comissão a apresentar um livro branco sobre uma agenda urbana integrada para a União Europeia (UE) com base na declaração adotada em Riga, nomeadamente através da rápida aplicação da avaliação do impacto urbano como parte das novas orientações da Comissão em matéria de avaliações de impacto e da definição de indicadores urbanos para acompanhar os progressos alcançados;
7. insiste na necessidade de reconhecer as zonas rurais como polos de desenvolvimento e inovação que contribuem para a estratégia «Europa 2020» no contexto de uma relação equilibrada com os polos urbanos, tendo em vista a consecução do objetivo de coesão territorial consagrado no Tratado de Lisboa;
8. insta a Comissão, nas futuras propostas relacionadas com a política de coesão, a ter mais em conta a influência da cultura e das tradições regionais, que têm um valor incalculável pela sua capacidade de integrar as comunidades rurais e urbanas e pelo facto de serem um fator de promoção de iniciativas rurais;
9. exorta a Comissão a fazer face às crescentes disparidades entre as regiões europeias, assegurando a disponibilização de dotações de autorização e de pagamento suficientes para apoiar o crescimento e a investigação em toda a Europa no quadro da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020, que deverá estar concluída até ao final de 2016;

10. encoraja a Comissão a continuar a apoiar a cooperação transfronteiriça e a implementação e elaboração de estratégias macrorregionais, que constituem um quadro integrado que permite aos Estados-Membros e países terceiros de uma mesma zona geográfica abordar desafios comuns e intensificar a cooperação em domínios económicos, sociais e de coesão territorial; salienta a importância de envolver mais de perto neste processo os órgãos de poder local e regional, que também estão representados no CR, bem como os atores económicos e sociais dos territórios envolvidos no processo da elaboração de estratégias macrorregionais;

11. solicita uma intensificação da utilização dos recursos próprios genuínos da UE e manifesta a sua vontade de participar na conferência interinstitucional em 2016, na sequência dos resultados do Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios;

Governança económica

12. exorta a Comissão a publicar a revisão intercalar da Estratégia «Europa 2020», que deverá ser objeto de seguimento o mais rapidamente possível em 2016, a fim de assegurar que a estratégia revista inclui uma dimensão territorial, garantindo, assim, uma coordenação eficaz das principais vertentes das políticas da UE, incluindo a política de coesão, o Plano de Investimento para a Europa e outros programas da UE;

13. solicita à Comissão que apoie a exigência do CR de que os Estados-Membros devem envolver ativamente os órgãos de poder local e regional no Semestre Europeu, nomeadamente na conceção e na execução dos respetivos programas nacionais de reformas;

14. exorta a Comissão a dar seguimento ao relatório dos cinco presidentes e a apresentar todas as medidas necessárias para melhorar a resiliência da União Económica e Monetária (UEM), transformando-a num quadro para uma melhor coordenação e convergência estrutural, capaz de alcançar os objetivos enunciados no artigo 3.º do TUE, incluindo o objetivo de dispor de capacidade orçamental a nível da UEM;

15. considera que a flexibilidade prevista nas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento no que respeita ao investimento deve ser alargada a todos os Estados-Membros; insta, por conseguinte, a Comissão a apresentar propostas nesse sentido e a avaliar igualmente o impacto que as novas regras do Sistema Europeu de Contas, adotadas em 2010, terão na capacidade de investimento dos órgãos de poder local e regional;

Emprego, crescimento sustentável e realização do mercado interno

16. recorda à Comissão o compromisso que assumiu de propor uma Lei das Pequenas Empresas revista e reforçada, e sugere que os órgãos de poder local e regional tenham um papel mais importante na aplicação dos princípios da Lei das Pequenas Empresas;

17. insta a Comissão a concluir os trabalhos para a criação de um espaço europeu de competências e qualificações, capaz de antecipar as necessidades de competências do mercado de trabalho e de proporcionar uma melhor adequação das competências adquiridas às exigências do mercado de trabalho, através de educação, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, a fim de estimular a criação de postos de trabalho e combater o desemprego, em particular o desemprego dos jovens;

18. recorda à Comissão o compromisso que assumiu de apoiar um quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho, reforçando o papel dos órgãos de poder local e regional e promovendo uma nova governação, inclusivamente através de um comité de pilotagem central europeu incumbido de definir, coordenar e desenvolver os esforços neste domínio;

19. espera que o pacote de medidas relativo à mobilidade laboral seja publicado em breve e que inclua uma proposta para a eventual revisão da Diretiva «Destacamento de trabalhadores»;

20. insta a que a Lei Europeia da Acessibilidade seja finalizada;

21. insta a Comissão a intensificar os seus esforços para apresentar medidas visando conciliar a vida profissional e a vida privada, através da revisão da Diretiva de 2010 relativa à licença parental, do desbloqueio do impasse institucional em que se encontra a Diretiva «Licença de maternidade» e da apresentação de uma estratégia concreta para a igualdade entre homens e mulheres na UE;

22. solicita que se prossigam os trabalhos sobre os transportes intermodais, e nomeadamente sob a forma de uma proposta legislativa que estabeleça um regime europeu de direitos dos passageiros nas viagens intermodais;
23. reitera o seu apelo à Comissão para que publique um livro verde sobre a mobilidade em regiões com limitações de ordem geográfica e demográfica;
24. solicita à Comissão, no âmbito da revisão prevista para 2016 da Diretiva IVA da UE, que clarifique as condições em que uma isenção concedida à cooperação intermunicipal de direito público não abrangida pela legislação relativa à contratação pública pode ser considerada conforme com o direito da União;
25. acolhe favoravelmente a intenção da Comissão de relançar em 2016 a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCS), com o objetivo de introduzir reformas de longo prazo na atribuição dos lucros, a fim de criar um ambiente mais justo de tributação das sociedades na Europa;
26. espera que o mercado único digital crie condições adequadas para que as redes digitais e o comércio eletrónico possam otimizar o potencial de crescimento da economia digital, através do investimento em infraestruturas TIC fiáveis e de alta velocidade, bem como do apoio à administração pública em linha, aos serviços públicos e às competências digitais; propõe o desenvolvimento em toda a UE de um sistema de emissão de cartões de residência eletrónicos, com vista a simplificar o acesso dos investidores digitais não europeus ao mercado único digital;
27. aguarda a apresentação de uma proposta que proíba os bloqueios geográficos no mercado único digital;
28. insta a Comissão a avançar com propostas para uma abordagem coordenada das regras aplicáveis à economia da partilha, tendo em devida conta a diferença entre atividades comerciais e não comerciais;
29. solicita a revisão da Diretiva «Serviços de comunicação social audiovisual» à luz da evolução tecnológica e realça a necessidade de prosseguir as políticas que promovam o pluralismo dos novos meios de comunicação social em todos os Estados-Membros;
30. aguarda com expectativa que a Comissão adote medidas concretas para avançar na realização dos objetivos relacionados com o Espaço Europeu da Investigação e o projeto Ciência 2.0, definidos nas conclusões do Conselho de 28 e 29 de maio de 2015, com o apoio do CR e dos órgãos de poder local e regional;
31. aguarda que seja publicado um seguimento ao livro verde da Comissão relativo à eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas;

Desenvolvimento sustentável

32. solicita a execução integral e ambiciosa do Sétimo Programa de Ação da União em matéria de Ambiente (PAA) para 2014-2020; insta, por conseguinte, a Comissão a apresentar em 2016 a comunicação há muito esperada sobre o solo como recurso, uma nova proposta de diretiva relativa ao acesso à justiça em questões ligadas ao ambiente e uma proposta legislativa em matéria de inspeções ambientais e aplicação das normas;
33. reitera o seu apelo para que a Comissão Europeia inclua na legislação da UE o objetivo de evitar toda e qualquer perda líquida de biodiversidade e de serviços ecossistémicos, e espera, por conseguinte, que a Comissão lance em 2016 uma iniciativa adequada no âmbito da estratégia de biodiversidade da UE para 2020;
34. solicita, portanto, a aprovação, quanto antes, de uma revisão da legislação em matéria de rastreabilidade e rotulagem dos géneros alimentícios, em colaboração e ligação permanente com os diferentes níveis de legislação da União Europeia, Estados-Membros e regiões europeias, a fim de os consumidores poderem decidir conscienciosamente sobre a sua utilização, também em resultado do reconhecimento das cadeias de produção totalmente isentas de OGM;

35. salienta o papel essencial das futuras propostas legislativas sobre a economia circular e de uma aplicação coerente, em toda a UE, da legislação já em vigor, em especial uma redução da deposição de resíduos recicláveis em aterros, e reitera o seu apelo a um desenvolvimento ambicioso dos objetivos em matéria de resíduos e de reciclagem, salientando o importante potencial da economia circular para as PME inovadoras;

36. solicita participar no processo de elaboração da nova legislação prevista no Pacote «União da Energia», nomeadamente a revisão da Diretiva «Energias renováveis», da Diretiva «Desempenho energético dos edifícios» e da Diretiva «Eficiência energética»;

37. espera que a Comissão apresente um plano de ação para reforçar o papel do Pacto de Autarcas em matéria de política energética e climática, e que prolongue a iniciativa além de 2020 e apoie o seu alargamento a todo o mundo; insta a Comissão Europeia a integrar plenamente a iniciativa «Mayors Adapt» no Pacto de Autarcas e a utilizar o Pacto de Autarcas, em coordenação com soluções para «cidades inteligentes», como meio para a implementação das políticas energética e climática;

38. incentiva a Comissão a apresentar uma comunicação sobre as cidades inteligentes com o objetivo de reforçar o apoio a soluções inteligentes em termos de eficiência energética, mobilidade urbana e inovação, cooperando estreitamente com o CR no levantamento das iniciativas existentes e na melhoria da sua coordenação; insta, neste contexto, a que se reconheça o papel dos órgãos de poder local e regional noutras áreas para além da eficiência energética dos edifícios, e reitera o seu apelo à Comissão no sentido de apoiar a produção de energias renováveis, em pequena e média escala, como um possível meio para combater a pobreza energética e assegurar a segurança do aprovisionamento de energia;

39. insta a Comissão a tomar medidas para promover a modernização e a inovação da economia rural e a apresentar mecanismos regulamentares no setor leiteiro, antecipando e atenuando a volatilidade dos mercados, a fim de manter a agricultura em todas as regiões e preservar as comunidades rurais;

40. reitera o seu pedido à Comissão Europeia para que promova a redução do desperdício alimentar e volte a apresentar uma proposta que estabeleça um objetivo de redução dos resíduos alimentares de, pelo menos, 30 % até 2025, com base na sua proposta, retirada em 2014, que alterava a Diretiva-Quadro «Resíduos», e neste contexto, apoia o apelo do Parlamento Europeu para que 2016 seja designado o *Ano Europeu contra o Desperdício Alimentar*;

41. assinala que seis dos sete maiores fatores de risco de morte prematura estão relacionados com hábitos alimentares pouco saudáveis e a falta de exercício físico, e insta a Comissão a estudar a possibilidade de uma ação coordenada a nível da UE, a fim de combater mais eficazmente o crescente fenómeno de excesso de peso e da obesidade em toda a Europa;

42. congratula-se com o voto do Parlamento Europeu a favor do regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino, e insta a Comissão a apresentar propostas concretas em 2016;

Estabilidade e cooperação dentro e fora da União Europeia

43. insta a Comissão a implementar a Agenda Europeia da Migração em cooperação com os órgãos de poder local e regional, nomeadamente à luz da sua experiência no que se refere às condições de acolhimento e de realocização, e a apresentar propostas legislativas para um mecanismo de reinstalação e um mecanismo permanente de realocização, visando uma distribuição mais equitativa daqueles que necessitam de proteção internacional na UE; aguarda, portanto, uma avaliação e uma eventual revisão do Regulamento de Dublin III; reitera a sua proposta de criação de «parcerias para a migração e a integração» entre municípios e regiões dos países de origem e de destino, e salienta o papel que os fundos europeus estruturais e de investimento podem desempenhar no apoio às políticas de migração e aos processos de integração, bem como à inclusão ativa de indivíduos, em harmonia com os princípios da UE e da coesão social;

44. apoia a missão humanitária atualmente em curso, que segue os valores partilhados da UE; encoraja a Comissão a adotar uma ampla abordagem nas suas ações no domínio da migração, tendo em conta, ao aplicar a estratégia, as questões económicas, sociais, ambientais, de segurança e soberania dos Estados-Membros. O CR pode contribuir para este trabalho através da promoção do intercâmbio de opiniões entre representantes do poder local e regional sobre esta questão, propondo eventuais soluções;

45. convida a Comissão a incentivar o diálogo a todos os níveis de governação, enquanto importante elemento do processo de alargamento da UE, e a abordar sistematicamente, no seu relatório anual sobre o alargamento, a situação da descentralização e o papel dos órgãos de poder local e regional;
46. solicita que se proceda a uma revisão exaustiva da política europeia de vizinhança (PEV) centrada em três prioridades estratégicas: governação democrática adequada, desenvolvimento territorial sustentável, migração circular e mobilidade; solicita, em particular, o lançamento de iniciativas destinadas a apoiar os processos de descentralização; frisa a importância de reforçar as instituições do poder local e insta a Comissão a continuar a aplicar o Instrumento para a Administração Local e a alargá-lo a todos os países vizinhos;
47. considera particularmente importante envolver os órgãos de poder local e regional nos fóruns multilaterais e bilaterais da nova PEV, e assegurar um nível suficiente de financiamento para apoiar as reformas a nível local e regional, como solicitado pelos chefes de Estado e de governo na Cimeira de Riga;
48. reitera a sua convicção de que a TTIP pode constituir uma oportunidade para impulsionar o crescimento e o emprego na UE, uma vez que pode facilitar o acesso recíproco ao mercado de comércio de bens, serviços, investimentos e contratos públicos, bem como diminuir as disposições regulamentares e eliminar as barreiras não pautais, na condição de as normas jurídicas existentes nos Estados-Membros da UE, designadamente no atinente às políticas social, ambiental e de defesa dos consumidores, serem plenamente respeitadas e de a participação democrática e as competências dos órgãos de poder local e regional serem salvaguardadas;
49. considera que o mesmo é válido para as negociações do TiSA num âmbito mais restrito; insta a Comissão a envolver o CR no processo de negociação do TiSA, concedendo-lhe, em particular, o direito de acesso aos documentos de negociação, à semelhança do que foi feito em relação à TTIP;
50. insiste na necessidade de delimitar os novos objetivos universais de desenvolvimento sustentável a atingir durante os próximos quinze anos e, por conseguinte, solicita, com destaque para a cooperação descentralizada, o lançamento de iniciativas específicas para apoiar os esforços envidados pelos órgãos de poder local e regional na consecução desses objetivos;
51. convida a Comissão a abordar a questão da agenda urbana mundial que será adotada na Conferência Habitat III e a envolver os órgãos de poder local e regional na definição da posição da União Europeia;

Cidadania e governação

52. solicita uma revisão e simplificação da iniciativa de cidadania europeia, a fim de a tornar mais convivial e acessível aos cidadãos;
53. insta a Comissão a tomar novas medidas para promover a cooperação interinstitucional no que se refere à comunicação, tirando também partido das potencialidades dos membros do CR para estabelecer relações com os cidadãos e «agir a nível local» em toda a União Europeia nas suas atividades;
54. insta a Comissão, no que se refere à sua proposta relativa a um acordo interinstitucional sobre um registo de transparência obrigatório, a isentar os representantes democraticamente eleitos de órgãos e associações de poder regional e local da obrigatoriedade de registo;
55. congratula-se com o facto de a proposta da Comissão relativa a um acordo interinstitucional (AII) sobre legislar melhor mencionar a avaliação do impacto territorial como um dos instrumentos para realizar avaliações de impacto, e insta a Comissão a utilizar sistematicamente este instrumento nas propostas legislativas que possam ter um impacto territorial; reitera, porém, a sua reivindicação de que o AII deve reconhecer o papel acrescido e específico que o Tratado de Lisboa atribui ao CR;
56. incumbe o seu presidente de transmitir a presente resolução à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao presidente do Conselho Europeu.

Bruxelas, 9 de julho de 2015.

O Presidente
do Comité das Regiões Europeu
Markku MARKKULA